

Marcadores sociais e apropriações tecnológicas em comunidades on-line de mulheres sem filhos¹

Ana Luiza de Figueiredo Souza²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Diante de um cenário demográfico de aumento do número de mulheres sem filhos e postergação da maternidade, cresce o interesse midiático pelo contingente de mulheres que (ainda) não são mães. Isso resulta no surgimento de espaços e comunidades em ambiências digitais para trocas e debates sobre a não maternidade. O artigo apresenta alguns resultados de pesquisa empírica cujo objetivo é trazer um mapeamento inédito das comunidades on-line de mulheres sem filhos junto a dados sobre aquelas que acompanham ou participam de comunidades on-line dedicadas à não maternidade. Conclui-se que a variedade de marcadores sociais entre as participantes tem pontos de contato tanto com demais trabalhos realizados quanto com particularidades da realidade brasileira e movimentações contemporâneas que dialogam com práticas históricas.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; não maternidade; marcadores sociais; comunidades on-line; pesquisa empírica.

INTRODUÇÃO

O cenário demográfico brasileiro passa por mudanças significativas. A taxa de fecundidade caiu de 2,38 filhos por mulher em 2000 para 1,9 em 2010, tendo sido esta a primeira vez que o Brasil esteve abaixo do nível de reposição da população.³ De 2000 para 2020, a proporção de registros de nascimentos cujas mães tinham menos de 30 anos baixou de 76,1% para 62,1%. Enquanto isso, os registros de nascimentos com mães de 30 anos ou mais aumentou de 24% para 37,9%.⁴

A menor taxa de fecundidade, associada à tendência de gravidez tardia, indica um processo de transição demográfica no país, definida usualmente na literatura especializada como “a mudança de altas taxas vitais, natalidade e mortalidade, para taxas

¹ Trabalho apresentado no GP Tecnologias e Culturas Digitais, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Considerado para chamada induzida do livro *Imaginários sociotécnicos e Plataformas Digitais*.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, e-mail: analuzafigueiredosouza@id.uff.br.

³ Disponível em: <https://www.uff.br/ladem/2012/04/30/taxa-de-fecundidade-da-brasileira-cai-a-19-filho-por-mulher-diz-censo/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

⁴ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/impacto-economico-do-envelhecimento-da-populacao-pode-ser-adiado-diz-presidente-do-ibge/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

mais baixas” (Gonçalves et al., 2019, p. 2). No caso, o iminente fim do chamado bônus demográfico: quando o país tem uma quantidade maior de pessoas em idade produtiva em comparação com a população em idade considerada não produtiva, idosos e crianças.⁵

Entre outras repercussões, isso significa que a população economicamente ativa, cada vez menor, deverá arcar com os custos tanto da gestão pública do país quanto das demandas das populações consideradas economicamente inativas. O que se torna mais complexo diante de circunstâncias como desemprego, salários baixos e precarização das condições de trabalho (Han, 2017; Antunes, 2020; Federici, 2021).

Nesse contexto, maior atenção passou a ser dedicada tanto ao aumento histórico do número de mulheres sem filhos no Brasil quanto a possíveis fatores que possam ter contribuído para o quadro atual. Não à toa o interesse midiático pela população de mulheres sem filhos tem aumentado (Pagu, 2022; Malek, 2023). As referidas movimentações resultam no surgimento de espaços e comunidades em ambiências digitais para trocas e debates sobre a não maternidade (Figueiredo Souza, 2021, 2022a). Contudo, enquanto trabalhos acadêmicos buscam estudar mães e suas manifestações em ambientes on-line, este empreendimento é escasso em relação às não mães. Em face disso, este artigo apresenta dados produzidos por tese de doutorado em andamento que representa um levantamento até então inédito na área da Comunicação.

Por meio da análise das respostas ao questionário on-line circulado para a pesquisa, o artigo traz insumos para responder as seguintes questões: quais são as comunidades on-line de e para mulheres sem filhos surgidas nos últimos anos? Quem faz parte delas? Que marcadores sociais são encontrados entre as participantes? De que modos elas mobilizam as plataformas digitais que comportam tais comunidades? E como as interações dentro delas se relacionam a contextos mais amplos?

Tais questionamentos se mostram pertinentes não apenas para as discussões sobre não maternidade, mas para o debate público acerca da maternidade e da transição demográfica pela qual o país tem passado. Afinal, conforme defendido em trabalhos anteriores (Figueiredo Souza, 2021, 2022b), a forma como mulheres são socializadas para ocuparem função materna traz implicações que interligam maternidade à não maternidade por diferentes vias, o que se reflete tanto no maior ou menor número de mulheres que (não) se tornam mães quanto na qualidade de vida dessas mulheres.

⁵ Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/podcast/bonus-demografico-vantagem-ou-mito/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

METODOLOGIA

Jean-Claude Kaufmann (2013) defende que o campo de pesquisa não deve ser visto como uma variável secundária onde os problemas e as hipóteses de pesquisa do pesquisador serão validados, mas como o local onde terão início.

Aplicando essa elaboração ao caso aqui apresentado, ter passado anos imersa em discussões e narrativas de mulheres sobre temáticas maternas me tornou mais atenta e sensível às dinâmicas, disputas e demandas envolvidas nesse fenômeno. Ao acompanhar as manifestações de comunidades on-line de mulheres sem filhos, chegando a me inserir em algumas delas, pude elaborar as questões de pesquisa que orientam este artigo, em diálogo com variáveis que se mostram relevantes tanto em demais trabalho sobre não maternidade quanto ao tratar da realidade brasileira (Shapiro, 2014; Moraes e Férres-Carneiro, 2022; Figueiredo Souza, 2021, 2022a; Mori, 2023).

Tal inserção em campo permitiu maior adesão ao questionário on-line cujos resultados são aqui apresentados. A circulação ocorreu entre os dias 25 de novembro de 2022 e 10 de fevereiro de 2023 a partir das minhas contas em mídias sociais,⁶ convertidas desde fevereiro de 2021 em veículos de divulgação dos desdobramentos da pesquisa.

A abordagem é quali-quantitativa, por consistir em uma pesquisa qualitativa que requer a mensuração de aspectos quantificáveis do fenômeno investigado. A análise é feita a partir do referencial teórico do artigo e das métricas do questionário on-line, formulado na plataforma Google Forms. Cabe ressaltar que o referido questionário, bem como o projeto de pesquisa que o envolve, foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (CEP UFF) antes de sua aplicação, tendo sido aprovado em 14 de outubro de 2022.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Byung-Chun Han (2017) argumenta que a sociedade hodierna não é primordialmente disciplinar, cuja organização se baseia na negatividade das proibições, mas sim uma sociedade do desempenho, que se organiza cada vez mais como sociedade da liberdade. O sujeito do desempenho da pós-modernidade seria, assim, um sujeito da afirmação. Paula Sibilia (2016) também aponta esse movimento, orientado pelo estímulo.

⁶ Disponíveis na página inicial do site: www.analuizadefigueiredosouza.com.br.

Este, por sua vez, é uma das forças motrizes da sociedade de consumo. As noções de autonomia e liberdade que a norteiam partem da premissa de que os indivíduos precisam escolher entre as diversas opções a eles apresentadas na forma de produtos, serviços, ideologias, estilos de vida (Giddens, 2002; Bauman, 2008).

A possibilidade de escolha se torna, ao mesmo tempo, uma demanda e uma obrigação. Isso implica em dois desdobramentos. O primeiro deles é que o direito de escolha vira questão central no debate público e nos movimentos sociais, sobretudo diante da consciência de que nem todos têm acesso a um amplo leque de escolhas (Silliman e Bhattacharjee, 2002; Antunes, 2020; Federici, 2021; Pires, 2021).

O recorte de gênero já configura importante fator que pesa contra o alcance pleno não só de possibilidades de realizar escolhas na condução da própria vida, mas da cidadania para as mulheres. Silvia Federici (2021) se dedica a explorar como a sociedade capitalista, desde seu surgimento, transformou as mulheres nas principais responsáveis por garantir, no ambiente doméstico, meios para que a classe trabalhadora continuasse capaz de oferecer força de trabalho. As tarefas de cuidado constroem a base não remunerada sobre a qual trabalhadores podem batalhar por seus salários. Para Federici, o trabalho reprodutivo desempenhado historicamente pelas mulheres é o que permite a constante reprodução das práticas capitalistas e dos integrantes do proletariado. Nesse sentido, ao não ocuparem papel de cuidadoras da família e dos lares — sobretudo no papel de mães —, as mulheres estariam rompendo com a exploração histórica de sua mão de obra gratuita para a manutenção dos modos de vida capitalistas.

Os recortes de classe e de raça tornam o debate sobre oportunidade de escolhas mais complexo. Diferentes trabalhos apontam como os principais movimentos de direitos reprodutivos são pensados a partir das demandas e vivências de mulheres brancas das camadas médias escolarizadas (Silliman e Bhattacharjee, 2002). Dinâmica que, segundo Elaine Muniz Pires (2021), que se estende à blogosfera materna. A autora parte da identificação feita por mulheres negras da ausência de temas pertinentes às suas experiências de maternagem e às questões que as afligem no conjunto de blogs maternos nacionais para apontar dez anos de não neutralidade racial e de classe na blogosfera materna brasileira.

Em retrospectiva dos trabalhos acadêmicos em língua inglesa sobre não parentalidade voluntária realizados nas últimas décadas, Gilla Shapiro (2014) aponta que o foco das pesquisas em quem voluntariamente não tem filhos sugere um viés em relação

a qual segmento da população é encorajado a procriar. Para a autora, a ausência de filhos (ou a limitação familiar) tanto nos assim chamados países em desenvolvimento quanto entre as mulheres mais pobres nos países referidos como industrializados é incentivada por meio da promoção de programas de planejamento familiar, enquanto as mulheres mais ricas são desencorajadas a serem voluntariamente sem filhos. Ou seja, são as mulheres das camadas socioeconômicas mais altas — no Brasil, composta de forma majoritária por pessoas brancas — as principais encorajadas a ter filhos, o que abre novas possibilidades de interpretação sobre as conclusões trazidas no artigo de Pires (2021).

Conforme defendido em trabalhos anteriores (Figueiredo Souza, 2022b), o conceito de maternidade compulsória precisa ser entendido junto ao conceito de maternidade negada, visto que, embora ao longo dos séculos mulheres de todas as raças e camadas sociais tenham sido convocadas a gerar e criar filhos (muitas vezes, filhos alheios), esse processo se deu de formas distintas, a depender dos lugares sociais por elas ocupados. Desde o Brasil Colônia, mulheres indígenas, negras e pardas tinham filhos, mas não costumavam desempenhar para eles o papel de mães. A função materna era exercida para as crianças que eram designadas a maternar, enquanto seus filhos eram abandonados, vendidos ou também se convertiam em mão de obra escravizada e, após a abolição, mão de obra barata. Enquanto isso, mulheres pobres muitas vezes tiravam o sustento da família da maternagem das crianças de famílias alheias. Tanto elas quanto as mulheres não brancas (incluídas aqui mulheres amarelas) se afastavam do modelo materno preconizado pelas religiões cristãs (Mori, 2023), pelas determinações da metrópole portuguesa e, mais adiante, pelas políticas públicas, tendo sido alvo de iniciativas como extermínio das condições que propiciam seus modos de vida ou esterilização compulsória.

Além disso, precariedades estruturais se apresentam de forma muito mais incisiva entre mulheres não assalariadas e que se ocupam do assim chamado trabalho informal, principalmente quando isso se junta à responsabilidade pelos cuidados domésticos e familiares (Antunes, 2020; Heilborn et al., 2020, Federeci, 2021).

O segundo desdobramento causado pelo fato de a possibilidade de escolha se tornar, simultaneamente, uma demanda e uma obrigação consiste na ideia de que é preciso não apenas escolher, mas sustentar aquilo que foi escolhido. Inclusive por meio da exposição dessas preferências e posicionamentos em ambientes compartilhados, como as plataformas digitais (Figueiredo Souza, 2022b). De acordo com Paula Sibilía (2016), o

que se sente, o que se é e o que se planeja precisa ser mostrado, com a devida curadoria de si, a fim de receber a validação do olhar alheio que converte tais sentimentos, identidades e planos em autênticos, concretos, existentes.

Apesar da interferência das plataformas digitais nas dietas midiáticas de quem as utiliza, os usuários ainda têm agência para decidir com o que se conectam e se engajam (Bruns, 2019). Nisso, podem ser criados núcleos nos quais os mesmos posicionamentos e vivências circulam, de modo a reforçar as crenças e reafirmar as escolhas de quem os integra (Souza, 2017; Figueiredo Souza, 2022b). Segundo Han (2017), cada vez mais nos afastamos do modelo de sujeito configurado pela sociedade disciplinar repressiva. Para o autor, o sujeito de desempenho neoliberal não se move pelo receio das punições, nem tem como máximas a obediência, a lei e o cumprimento do dever; é guiado pela liberdade, pela boa vontade e pela busca do prazer. O que pode ser estendido às conexões que estabelece em ambiências digitais, ou seja, nas interações ali desenhadas (sob a mediação de regras de funcionamento e algoritmos) ou mesmo na formação de comunidades on-line alinhadas com o que acredita e pratica.

Tem-se, então, um ideal de autonomia que, por um lado, exerce influência sobre o modo como as mulheres elaboram suas condutas e, por outro, se distancia das possibilidades de grande parte da população feminina, bem como das cobranças feitas às mulheres. Mesmo porque, segundo Moraes e Férres-Carneiro (2022, p. 94): “A sensação de liberdade está ligada a uma rede complexa de controle do indivíduo, isto é, existe a estratégia de proporcionar à mulher a sensação de autonomia, porém, enredada em um contexto que escolhe por ela”. Quando escolhas viram tão relevantes, não conseguir escolher se torna mais cruel. Conflito que pode ser estudado por meio de dados produzidos a partir de comunidades on-line de mulheres sem filhos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O objetivo do questionário on-line é trazer um mapeamento do campo investigado junto a dados sobre as mulheres sem filhos que acompanham ou participam de comunidades on-line dedicadas à não maternidade. O total de participantes é de 519, mas o número de respostas para cada pergunta varia, já que o questionário on-line não utilizou o recurso de marcar todas as perguntas como obrigatórias.

De acordo com as 508 respostas recebidas, as comunidades on-line de mulheres sem filhos estão primordialmente situadas em contas no Instagram (74,4%), grupos no Facebook (47,2%), páginas no Facebook (33,1%), canais no YouTube (8,1%), grupos no Telegram (5,9%), contas no TikTok (4,9%) e *podcasts* (4,7%). Outros suportes midiáticos incluem: grupos no WhatsApp (3,5%), comunidades no Reddit (1,8%), sites (1,6%), blogs (1%) e fóruns on-line (0,4%).

Entre as comunidades on-line brasileiras dirigidas às mulheres sem filhos informadas, constam: Não Nasci Pra Ser Mãe (conta no Instagram, grupo no Telegram, canal no YouTube, página no Facebook, além de contas no TikTok, no Twitter e no Kwai); Sem Filhos (conta no Instagram, página no Facebook, canal no YouTube e blog); Coleção Fêmea Alfa (conta no Instagram); Mulher Não Mãe (conta no Instagram); Felizes sem filhos (conta no Instagram); O diário de um não planejado (página no Facebook, conta no Instagram, canal no YouTube, além de contas no Twitter, no TikTok e no Kwai); Projeto SOP Brasil (página no Facebook e conta no Instagram); Mulher Childfree (página no Facebook, desativada em definitivo); Mãe de Anjo 652 (conta no Instagram); Laqueadura sem filho [sim] (contas principal e reserva no Instagram, página no Facebook, canal no YouTube, conta na Twitch e grupo no Telegram); Childfree Brasil (grupo no Facebook, página no Facebook e conta no Instagram); Não nasci pra ser mãe (grupo no Facebook); Laqueadura SEM filhos (grupo no Facebook); Mãe Arrependida (contas principal e reserva no Instagram); Malternidade (conta no Instagram); Laqueada sem filhos e feliz (conta no Instagram); Direito Delas (conta no Instagram e chat no WhatsApp); Não mudo de ideia (conta no Instagram); Não tenham filhos (conta no Instagram e página no Facebook); Indesejadaa (conta no Instagram); Grupo Laqueadura sem filhos (grupo no WhatsApp e conta no Instagram); Mulher Sem Filhos (conta no Instagram); Escolhi não ser mãe (conta no Instagram); Laque_adura (conta no Instagram); Casal sem filhos (conta no Instagram); Eu sou Childfree (conta no Instagram); Cotidiano mulher sem filho (conta no Instagram); A revolução do útero (conta no Instagram e site); Laqueadura_0 Filhos (conta no Instagram); Somos Childfree (página no Facebook, conta no Instagram, conta no Twitter); Laqueadura sem filhos: orientação e planejamento (grupo no Facebook); Casa childfree do Bruno Godoi (grupo no Facebook); Vida de childfree (grupo no Facebook); Antinatalismo: direito individual (grupo no Facebook); Childfree (Reddit); Childfree & Antinatalistas Brasil (grupo no Facebook); Não quero ser mãe. (grupo no Facebook); Não quero ter filhos (grupo no Facebook); Não quero ser mãe

não quero ter filhos (página no Facebook); Laqueadura sem filhos (página no Facebook); @mayaabaudelaire (conta no TikTok); @caarmeeem (conta no TikTok); M.H.N.P (grupo no Facebook); Sementes Coletiva (conta no Instagram e página no Facebook); Feminismo Com Classe (blog no Medium, página no Facebook, conta no Instagram e *podcast*); Historiadora Radical (conta no Instagram, canal no YouTube, grupo no Telegram e *podcast*) QG Feminista (conta no Instagram, blog no Medium e site); Vulva Negra (conta no Instagram, blog no Medium, site); Laqueadura: Quero, posso, mas me impedem (grupo no Facebook); Liberdade Sem Catarrentos (conta no Instagram); Antinatalismo - Não ter filhos é um ato de amor (grupo no Facebook); Esqueci de ter filhos (conta no Instagram); Odeio ser mãe (grupo no Facebook); Nem presa nem morta (página no Facebook e conta no Instagram); Madrasta sem filhos (conta no Instagram); Mãe aos 40 (conta no Instagram, grupo e canal no Telegram, canal no YouTube e site); Somos Madrastas (conta no Instagram e *podcast*); Problematizadoras (conta no Instagram); ONG Amada Helena (conta no Instagram, site, canal no YouTube); Entre Mães de Anjos (conta no Instagram, página no Facebook, perfil no Pinterest, canal no YouTube); Acolhendo mães de anjo (conta no Instagram e site); IAN - Instituto Amor Nosso (conta no Instagram e chat no WhatsApp); Mamilos (*podcast*, canal no YouTube e conta no Instagram); Calcinha Larga (*podcast* e conta no Instagram); Prazer, Renata (*podcast*).

Os suportes midiáticos de pesquisadoras e profissionais que produzem conteúdo nas plataformas digitais também aparecem nas respostas. Além da menção à minha conta profissional do Instagram, @analuiza.dfigsouza, estão os nomes de Patricia Maxs, Bruna Maia, Maria Carolina Medeiros, Jéssica Petit, Manuela Xavier e Valeska Zanello. São citados, ainda: “*podcasts* com temas diversos voltados a mulheres”; contas pessoais e comerciais no Instagram (das respondentes ou de criadoras de conteúdo dirigido para a não maternidade); grupos e canais sem nome informado no Facebook, no WhatsApp e no YouTube; o site Obvious; a *hashtag* #childfree (sem informar a plataforma); comunidades cuja plataforma não foi informada, entre elas, Laqueadura para mulheres sem filhos, O outro lado do arco-íris e Mulheres que não desejam ter filhos; “várias páginas de mães de anjo”; “perfis sobre adoção”.

Nas 504 respostas recebidas, os tipos de conteúdo que costumam aparecer com maior frequência nas comunidades on-line acompanhadas são relatos pessoais (78,6%), desabafos (56,2%), compartilhamento de *posts* de mídias sociais (45%), reflexões (37,1%), críticas a determinados comportamentos ou crenças (34,5%), links para matérias

e reportagens de jornais ou revistas (32,9%) e notícias (30,6%). Demais conteúdo consiste em memes (26,8%), capturas de tela (21,6%), piadas ou zoeiras (13,9%) e enquetes (12,7%). Mencionados uma única vez, estão viagens, projetos de lei, informações sobre laqueadura, dúvidas sobre como realizar laqueadura, “jobs para mulheres”, orientações para conseguir cirurgia de laqueadura ou de salpingectomia, feminismo, política, vídeos no Instagram, filosofia e “ativismo principalmente voltado para a área legislativa”.

Quanto ao perfil sociodemográfico, 21,7% das 516 respondentes têm de 25 a 29 anos (112 delas), 21,3% têm de 35 a 39 anos (110 delas), 20,7% têm de 30 a 34 anos (107 delas), 16,7% têm de 40 a 44 anos (86 delas), 10,7% têm de 20 a 24 anos (55 delas), 5,4% têm de 45 a 49 anos (28 delas), 1,2% têm de 50 a 54 anos (seis delas), 1,2% têm de 55 a 59 anos (seis delas) e 1% têm de 18 a 19 anos (cinco delas). No que se refere à identidade étnico-racial, das 518 respondentes 61,4% (318 respondentes) se autodeclaram brancas, 23% se autodeclaram pardas (119 respondentes), 13,5% (70 respondentes) se autodeclaram negras, 1,7% (nove respondentes) se autodeclaram amarelas e 0,4% (duas respondentes) se autodeclaram indígenas.

Nas 519 respostas recebidas, os estados onde a maioria das respondentes residem são: São Paulo (25,6%, 133 delas), Rio de Janeiro (20,8%, 108 delas), Minas Gerais (9,2%, 48 delas), Paraná (6,4%, 33 delas), Bahia (6,2%, 32 delas) e Rio Grande do Sul (5,6%, 29 delas). Apenas um estado fica de fora das respostas, Roraima, enquanto 2,3% (12 delas) informam não morar no Brasil. Outras 516 respostas revelam que 51,4% (265 respondentes) moram na capital, 26,9% (139 respondentes) moram próximas à capital e 21,7% (112 respondentes) moram afastadas da capital.

Entre as 517 respostas sobre identidade de gênero, 97,9% (506 respondentes) se autodeclaram mulheres cisgênero, 1% se autodeclaram não-binárias (cinco respondentes), 0,2% (uma respondente) se autodeclara mulher transgênero e as demais respostas são “mulher apenas, fêmea adulta humana”, “mulher” (duas ocorrências) e “mulher de nascimento, não me identifico com o termo cis”. Quanto à orientação sexual, do mesmo número total de respondentes 75,8% (392 respondentes) se autodeclaram heterossexuais, 15,7% (81 respondentes) se autodeclaram bissexuais, 4,1% (21 respondentes) se autodeclaram pansexuais, 1,7% (nove respondentes) se autodeclaram homossexuais e 1,5% (oito respondentes) se autodeclaram assexuais. As demais respostas consistem em demisssexual (duas ocorrências), heterossexual aromântica, “prefiro não dizer”, “demisssexual/bi” e “hétero aberta a novas experiências! Kkkk”.

Em relação à vida afetiva, das 518 respostas, 39,8% (206 respondentes) afirmam que estão casadas, 36,7% (190 respondentes) solteiras, 20,5% (106 respondentes) namorando e 3,1% (16 respondentes) noivas. Sobre o estado civil, 517 respostas informam que 62,3% (322 respondentes) são solteiras, 30,9% (160 respondentes) são casadas e 6,6% (34 respondentes) são divorciadas/separadas.

As 311 respostas sobre religiosidade estabelecem que 38,9% das respondentes (121 delas) têm sua espiritualidade, mas não se consideram de alguma religião, 29,6% (92 delas) se consideram sem religião, 12,2% (38 delas) são católicas, 6,4% (20 delas) evangélicas, 5,5% (17 delas) espíritas, 4,2% (13 delas) umbandistas, 1% (três delas) candomblecistas, 1% (três delas) agnósticas, 1% (três delas) budistas e 0,3% (uma delas) da religião judaica. Nos comentários adicionais, a maioria informa que foi criada dentro de uma religião ou que já praticou alguma delas (em geral catolicismo ou protestantismo, embora uma respondente informe ser “judia por nascimento”), mas não pertencem mais a ela. Quando há justificativa para esse afastamento, as causas são falta de identificação e discordâncias com as práticas. Sincretismo religioso também foi identificado, sobretudo entre as religiões católica, espírita, umbandista e candomblecista.

Das 518 respostas sobre escolaridade, 79,5% (412 respondentes) informam ter ensino superior completo, 14,5% (75 respondentes) têm ensino superior incompleto, 4,6% (24 respondentes) têm ensino médio completo, 0,8% (quatro respondentes) têm ensino fundamental completo e 0,4% (duas respondentes) têm ensino médio incompleto. As 517 respostas posteriores afirmam que 39,8% (206 respondentes) não fez nem faz nenhum curso de pós-graduação, enquanto 68,4% (358 respondentes) fez ou faz algum (desde especialização e mestrado lato sensu até pós-doutorado).

As ocupações profissionais mais comuns entre as 483 respostas recebidas são: professora (75 ocorrências), servidora/funcionária pública (40 ocorrências), estudante (31 ocorrências), psicóloga (26 ocorrências), advogada (21 ocorrências), médica (18 ocorrências), administradora/administrativo (16 ocorrências), enfermeira (13 ocorrências), desempregada (11 ocorrências), empresária (dez ocorrências), autônoma/profissional liberal (nove ocorrências) engenheira (oito ocorrências), pesquisadora (oito ocorrências), pedagoga/psicopedagoga (sete ocorrências) e artesã (seis ocorrências); duas respondentes são babás e uma é cuidadora; cargo mais alto, gerente.

Quanto aos perfis encontrados nas 519 respostas, 53,8% (279 respondentes) se identificam como sem filhos por escolha; 10,2% (53 respondentes) usam o termo

childfree para indicar a vontade de permanecer sem filhos; 8,9% (46 respondentes) já quiseram ter filhos, mas não querem mais; 8,3% (43 respondentes) ainda não decidiram se querem ou não ser mães; 6% (31 respondentes) se consideram antinatalistas; 4% (21 respondentes) se identificam como alguém que acabou não tendo filhos; 1,9% (dez respondentes) pensam em ter filhos um dia; 1,5% (oito respondentes) gostariam de ser mães, mas não puderam/podem ter filhos; 1,2% (seis respondentes) são tentantes; 1% (cinco respondentes) planejam ter filhos em breve, mas ainda não são mães; 0,8% (quatro respondentes) são mães que gostariam de não ter filhos; 0,8% (quatro respondentes) são mães de filhos falecidos; 0,4% (duas respondentes) se identificam como alguém que não conseguiu ter filhos; 0,4% (duas respondentes) querem filhos, mas não encontram alguém que julguem bom o bastante para dividir essa responsabilidade com elas; 0,2% (uma respondente) tem tocofobia; 0,2% (uma respondente) tem um filho e não quer outros.

Sobre a interação entre as participantes das comunidades on-line, das 508 respostas 40,6% (206 respondentes) consideram em geral alta, 30,3% (154 respondentes) consideram em geral mediana e 8,1% (41 respondentes) consideram em geral baixa. 21,1% (107 respondentes) não repararam nesse aspecto. Nas 506 respostas sobre atritos nessas interações, 37% (187 respondentes) avaliam que não há muitos conflitos, 26,7% (135 respondentes) avaliam que a quantidade de conflitos é moderada e 10,3% (54 respondentes) avaliam que há bastante conflito. Segundo os comentários adicionais, os atritos giram em torno de divergências de posicionamento, “posições dogmáticas”, preconceitos e desinformação. Também de acordo com eles, o que mais se encontra nas comunidades é acolhimento e respeito, mesmo quando as opiniões divergem.

Entre 517 respostas, 43,5% (225 respondentes) afirmam que maternam seus pets, 34% (180 respondentes) não maternam ninguém, 12,8% (66 respondentes) maternam familiares, 12% (62 respondentes) maternam suas plantas, 11,8% (61 respondentes) afirmam que atualmente não maternam, mas já maternaram. Já entre 519 respostas, 48,2% (250 respondentes) afirmam que são responsáveis pelos cuidados dos seus pets, 22,9% (119 respondentes) não são responsáveis pelos cuidados de ninguém, 17,5% (91 respondentes) são responsáveis pelos cuidados dos pais, 15,4% (80 respondentes) afirmam que atualmente não são responsáveis pelos cuidados de alguém, mas já foram, 14,8% (77 respondentes) são responsáveis pelos cuidados de suas plantas e 8,7% (45 respondentes) são responsáveis pelos cuidados de familiares.

Por fim, 43,7% (224 respondentes) de 513 respostas informam acreditar que ainda há poucas comunidades on-line para mulheres sem filhos, 40% (205 respondentes) que poderia haver mais, 12,7% (65 respondentes) não repararam nisso e 3,7% (19 respondentes) acham que existe um bom número delas.

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

É importante salientar que as respostas ao questionário configuram uma amostra do conjunto de mulheres que integram comunidades on-line voltadas para questões em torno da não maternidade. Tal amostra foi produzida a partir da participação voluntária dessas mulheres no questionário on-line elaborado para a tese cujos resultados são aqui apresentados. Portanto, não deve ser tomada como reflexo da totalidade de pessoas inseridas em comunidades on-line para mulheres sem filhos no Brasil, nem a totalidade de comunidades on-line para mulheres sem filhos (brasileiras ou estrangeiras) existentes. Em vez disso, deve ser encarada como amostra inédita, inicial, que apresenta características de mulheres que participam dessas comunidades on-line junto às apropriações tecnológicas e dinâmicas que percebem na construção desses espaços.

Feita essa ressalva, também cabe frisar que cinco respondentes do questionário on-line se autodeclararam não-binários. Delas, quatro informam nomes femininos no questionário. Para trazer dados exclusivamente das mulheres que participam de comunidades on-line voltadas para a não maternidade, os dados dessas pessoas precisariam ser retirados da amostra. Ainda assim, por decidirem responder uma pesquisa destinada a produzir dados sobre mulheres inseridas em comunidades on-line para mulheres sem filhos, é possível interpretar que contabilizar suas respostas seria válido.

Entre as comunidades on-line listadas, há algumas (Mãe Arrependida, Malternidade, Odeio ser mãe) que as participantes da pesquisa interpretam como voltadas para mulheres sem filhos ou para a não maternidade, embora tais comunidades não se descrevam exatamente dessa forma. Ao listar a Mãe Arrependida entre as comunidades on-line que acompanha, uma das respondentes escreve: “não é especificamente sobre isso, mas o assunto sempre aparece lá”. O que revela que o tópico da não maternidade integra o conteúdo de comunidades on-line que se voltam para temáticas maternais.

Verifica-se variedade de marcadores sociais entre as respondentes, embora alguns apareçam de forma mais expressiva do que outros. As repostas por um lado, indicam a presença de todos os segmentos étnico-raciais reconhecidos pelo IBGE na amostra da

pesquisa. Por outro, mostram que essa presença tem pesos distintos. O mesmo pode ser dito sobre a predominância das regiões Sul e Sudeste, bem como das capitais e suas proximidades. O número mais alto de mulheres brancas dialoga com o argumento de Shapiro (2014) a respeito de serem as principais incentivadas a terem filhos. Tal relação se fortifica diante do fato de suas ocupações profissionais, em geral, estarem atreladas a um maior grau de escolaridade — sendo que a maioria delas têm ensino superior completo e fez ou faz algum tipo de especialização. Assim, o perfil de mulheres sem filhos em comunidades on-line se assemelha ao de mães na blogosfera materna (Pires, 2021).

O número de profissionais autônomas/liberais, desempregadas e empresárias entre as respondentes também permite tecer ligações com a precarização do trabalho, instabilidade no mercado e necessidade de promover o empreendimento de si para sobreviver a essas conjunturas (Sibilia, 2016; Antunes, 2020; Federici, 2021; Heilborn et al., 2020). Aspectos que, inclusive, interferem no planejamento familiar (Figueiredo Souza, 2022b).

A esmagadora maioria das respondentes se identifica enquanto mulheres cisgênero. Algumas revelam resistência aos próprios conceitos de mulheres transgênero e cismatividade. A maioria delas se relaciona com pessoas do gênero masculino, a maior parte sendo, respectivamente, heterossexual e bissexual. As faixas-etárias informadas, embora amplas, se concentram naquelas em geral associadas aos anos (mais ou ainda) férteis das mulheres. É possível inferir que debater a não maternidade se torne relevante para aquelas que se veem em um momento no qual tanto a perspectiva da vida com filhos quanto a perspectiva da vida sem filhos se mostra conjecturável. Sobretudo quando estão expostas à possibilidade de engravidar de seus parceiros.

A religião se mostra historicamente relevante na organização sociopolítica do Brasil (Mori, 2023), o que aparece nas respostas de modo interessante. Por um lado, as respondentes confirmam que a espiritualidade tem importância em suas vidas e que religiões (sobretudo cristãs) estiveram presentes ao longo delas. Por outro, boa parte se considera sem religião, o que diverge dos mais recentes resultados sobre religiosidade no país (idem).

Embora a maioria das respondentes se identifique como voluntariamente sem filhos, existem subdivisões nesse perfil. Bem como existem mulheres dentro dessas comunidades que planejam filhos, gostariam de ter/ter tido filhos, já têm ou já tiveram filhos. Logo, as respostas apontam que as comunidades on-line elencadas conseguem

abarcam diferentes facetas não só da não maternidade, mas da vivência feminina, ainda que a perspectiva da não maternidade voluntária se mostre dominante.

É possível encarar as comunidades on-line aqui expostas como meios de suas integrantes obterem reforço constante de seus posicionamentos (Sibilia, 2016; Han, 2017; Souza, 2017; Bruns, 2019; Figueiredo Souza, 2022b), ou mesmo de suas realidades, visto que escolher, muitas vezes, não é uma opção (Silliman e Bhattacharjee, 2002; Antunes, 2020; Federici, 2021; Figueiredo Souza, 2022b). O que se liga ao fato de o conteúdo que mais aparece nessas comunidades serem relatos pessoais e desabafos, indicando foco na narrativa da própria vida (Giddens, 2002). As respondentes informam que o acolhimento, o apoio e o respeito dentro dessas comunidades, em geral, são maiores do que os conflitos. Estes, quando ocorrem, são majoritariamente devidos a divergências de posicionamento. Dinâmicas que podem se tornar mais relevantes considerando se tratar de um grupo que, por fugir à norma, é marginalizado (Shapiro, 2014; Figueiredo Souza, 2021, 2022a). A maioria delas responder que ainda existem poucas comunidades on-line voltadas para mulheres sem filhos sugere tanto sua percepção como minoria quanto o desejo por mais espaços e discussões dirigidos à não maternidade que vivenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades on-line voltadas para mulheres sem filhos são campos profícuos para a investigação das nuances do conflito entre tradição (mulheres responsáveis pelos cuidados daqueles ao redor delas, desigualdades estruturais, religião) e novas demandas (mulheres em áreas dominadas por homens, afastadas das atividades de cuidado, cenário sociodemográfico inédito), baseadas em plataformas digitais que configuram, ao mesmo tempo, veículos e produtoras do debate contemporâneo sobre a não maternidade.

Os dados produzidos por meio do questionário on-line podem ser utilizados em demais trabalhos para fins de comparação, confirmação e/ou contestação. Podem, ainda, servir de referência e permitir desdobramentos futuros, como cruzamentos mais complexos das informações produzidas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

-
- BRUNS, A. **Are Filter Bubbles Real?**. Cambridge, UK: Polity, 2019.
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo, volume 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2021.
- FIGUEIREDO SOUZA, A. L. Comunidades Online de Mulheres sem Filhos: Apontamentos Iniciais de Pesquisa. **Anais eletrônicos do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2021.
- FIGUEIREDO SOUZA, A. L. Sem Filhos: representação visual de uma comunidade on-line em diálogo com imagens do imaginário coletivo. **Anais eletrônicos do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2022a.
- FIGUEIREDO SOUZA, A. L. "Ser mãe é f*d@!": mulheres, (não) maternidade e mídias sociais. Porto Alegre: Zouk, 2022b.
- GONÇALVES, G. Q. et al. A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX – uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, p. 1-34, 2019.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2027.
- HEILBORN, M. L. A. et al. Tensões familiares em tempos de pandemia e confinamento: cuidadoras familiares. **Physis**, v. 30, n. 2, p. 1-8, 2020.
- KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis/Maceió: Vozes/Edufal, 2013.
- MALEK, M. Mulheres sem filhos incomodam muita gente: por que elas são vistas como ameaça? **Mina Bem-Estar**, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://minabemestar.uol.com.br/mulheres-sem-filhos-julgamentos/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- MORAES, J; FÉRRRES-CARNEIRO, T. Maternidade Contemporânea: motivações de mulheres sem filhos. **Contextos Clínicos**, v. 15, n. 1, p. 73-97, jan./abr. 2022.
- MORI, L. Por que Brasil está no topo de ranking de países onde mais se acredita em Deus. **BBC News Brasil**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c29r21r69j8o>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- PAGU, D. Perdi o medo de ser mãe, mas ainda não decidi se quero ter filhos. **Mina Bem-Estar**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://minabemestar.uol.com.br/perdi-o-medo-de-ser-mae-mas-ainda-nao-decidi-se-querer-ter-filhos/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- PIRES, E. M. A blogosfera materna é branca: trabalho, feminismos, raça e classe na blogosfera materna brasileira. **Ártemis**, v. 31, n. 1, p. 183-202, 2021.
- SHAPIRO, G. Voluntary childlessness: A critical review of the literature. **Studies in the Maternal**, v. 6, n. 1, p.1-15, 2014.
- SIBILIA, P. **O eu show do eu**: A intimidade como espetáculo. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SILLIMAN, J.; BHATTACHARJEE, A. (Eds.). **Policing the National Body**: Race, Gender and Criminalization in the United States. Cambridge, MA: South End Press, 2002.
- SOUZA, A. L. F. Afinidades e divergências ao debater a maternidade no Facebook: um estudo de caso nas páginas “Desintoxicação do Romantismo” e “Já falou para seu menino hoje?”. **Anais eletrônicos do X Simpósio Nacional da ABCiber**, 2017.